



**DUPLIPENSAR O CONCEITO SURDO OU RESSIGNIFICAR
A CONCEPÇÃO VISUAL PELAS LENTES DA ECOLINGUÍSTICA**

Anderson Simão Duarte (UFMT)

Cláudio Alves Benassi (UFMT)

Simone de Jesus Padilha (UFMT)

R e s u m o : Esta pesquisa discute a concepção histórica do termo “surdo” e apresenta a simbiose sujeito-língua como indivíduo não marcado pela deficiência, mas pela língua, sendo esta VISUAL. Concepções bakhtinianas corroboram no solo fértil da ecolinguística num processo de germinação, onde sujeitos visuais lutam por acesso e permanência autônoma no meio ambiente ecológico de que fazem parte. O olhar do outro como marca preconceituosa em relação à língua de sinais mumifica as concepções aristotélicas e envenenam o sujeito no reconhecimento da diferença como espelho da normalidade. Registram-se as marcas históricas das línguas de sinais como parasitas e/ou competidoras e não como epífitas e/ou simbióticas.

Palavras-chave: Língua de Sinais. Surdo. Visual. Meio ambiente linguístico. Inclusão.

A b s t r a c t : This research discusses the historical conception of the term "deaf" and presents the subject-language symbiosis as an individual identified not by disability, but by the language, which is VISUAL. Bakhtinian conceptions corroborate in the fertile soil of Ecolinguistics in a germination process, in which visual subjects struggle for access and autonomous permanence in the ecological environment in which they live. The gaze of the other as a prejudiced feature of sign language mummifies the Aristotelian conceptions and poisons the subject for the recognition of difference as a mirror of normality. Thus, the historic features of sign language are registered as parasites and/or competitors, not as epiphytes and/or symbiotic.

Keywords: Sign Language. Deaf. Visual. Linguistic environment. Inclusion.

Esta pesquisa consiste em provocar uma análise crítica a duplipensar o conceito em que está empregando, socialmente, a terminologia SURDO desde as concepções do filósofo Aristóteles, sentidos semânticos no Novo e Velho Testamento da Sagrada Escritura, aos contextos contemporâneos.

Podemos pensar no termo SURDO como uma forma de duplipensar com a estratégia filosófica e conceitual de oprimir, banir, destituir direitos, separar socialmente, fixar à

periferia intelectual e, principalmente, justificar uma subcultura em relação à língua hegemônica, língua oral.

O rótulo superficial e medíocre separa o meio ambiente social em dois campos, os ouvintes e os surdos. Toda separação gera conflito, estas as segregações sociais, logo linguística. Os rótulos são pejorativos e desleais, o rótulo surdo foi constituído como marca de defeitos, sendo seus sujeitos demonizados, incapazes, indignos e muitas outras atrocidades históricas.

O termo surdo foi legitimado; não teve um olhar ecocêntrico, humano e exotópico. Na atualidade, todos, em especial os usuários das línguas de sinais, precisam entender a necessidade emergencial de um novo acordo de sentido ideológico. Precisamos de um olhar crítico, sim, até mesmo antropocêntrico, mas um olhar igualitário e não autenticado pela deficiência física, ou característica fenotípica. As línguas orais e gestuais têm por direito um olhar etnocêntrico; assim, devem acompanhar os usuários que as sustentam como forma de comunicação no meio ambiente de que fazem parte.

Chega de ouvintismo ou surdismo¹, ambos termos usados como omanotopéias preconceituosas, racistas e segregadoras. Esta pesquisa foi realizada com 32 sujeitos visuais. Pesquisa qualitativa, tendo como arcabouço teórico a ecolinguística e as concepções de Bakhtin. Objetivo desta pesquisa é fazer uma análise crítica, questionadora do termo surdo como forma de paternalismo e assistencialismo dos dias atuais, em virtude das concepções malélicas de Aristóteles, preconceituosa da Sagrada Escritura e excludente do Congresso de Milão.

2. Aristóteles e pouco depois

O Filósofo Aristóteles tem em seus escritos inúmeras contribuições no campo da filosofia, sociologia, direito e outras áreas do conhecimento, como também teve suas concepções a respeito do cidadão com comprometimento auditivo, seja de origem genética, congênita e/ou adquirida em decorrência de sequelas por traumas ou doenças, concepções essas destoantes das concepções contemporânea, ou seja, o sujeito com surdez não era concebido como filho de Deus, pois o mesmo não portava a capacidade linguística da oralidade, pois a alma do sujeito é materializada pela condição da fala.

¹ Concepção usada por Cláudio Alves Benassi, referindo-se ao indivíduo que impõe a língua de sinais a todos como forma de protesto e reivindicação linguística.

Existem no Brasil várias obras da literatura, dissertações e teses que retratam e relatam episódios históricos que mostram como o sujeito surdo² era visto socialmente quanto a política, religião, escolaridade, direitos civis e familiares. A pesquisadora Karin Strobel em sua obra “As imagens do outro sobre a cultura surda” retrata de forma brilhante este contexto histórico (STROBEL, 2013).

Queremos aqui destacar alguns episódios para melhor compreensão no decorrer de nossos escritos. 1) Os surdos eram considerados semideuses pois retratavam a divindade e serviam como oferendas e sacrifícios, ora queimados vivos ou lançados ao mar como forma de “pagar” os pecados dos familiares; 2) Não tinham direito a frequentarem templos religiosos pois não possuíam alma como os demais seguidores cristãos, pois eram carentes do Espírito Santo; 3) Não tinham direito a herança familiar; caso não houvesse outro herdeiro, toda a fortuna da família era destinada a Santa Madre Igreja Católica; 4) Não poderiam casar ou ter filhos, para não infestarem a sociedade com mais indivíduos defeituosos e indignos; 5) A Língua de Sinais não era permitida pois não poderiam substituir a língua oral.

No decorrer de nossa pesquisa destacamos que de Aristóteles aos dias atuais, poucas concepções foram reescritas, mudaram-se as roupagens, mas não as concepções.

Uma vez que a língua adquire certo autonomia após formada, o seu sistema prevê determinados significados de que os membros de P³ ainda não fazem uso e dos quais sequer estão conscientes. Eles existem apenas no subconsciente, mas podem vir ao nível da consciência (COUTO, 2007, p. 150).

A língua tem viva própria, o termo SURDO e sua concepção estão implantados na mente da sociedade, uma imagem significativa e histórica, mesmo que inconsciente. O termo surdo foi usado por Aristóteles como deficiência, pelo fato de caracterizar uma qualidade à qual falta algo, que é incompleta, defeituosa, vazia, oca e sem alma.

3. Surdo-Mudo: Antigo e Novo Testamento

As Sagradas Escrituras do Antigo ao Novo Testamento referem-se ao sujeito com surdez com a pré-concepção de Aristóteles, ou seja, surdo é o indivíduo defeituoso, vazio do

²Termo usado para indivíduos com comprometimento auditivo, geralmente, usuários das Línguas de Sinais.

³População

Espírito Santo, que não tem a presença de Deus, que são excluídos, periféricos socialmente, são um castigo familiar, impuros e distantes do Cristo.

Podemos perceber em alguns recortes das Sagradas Escrituras, tais como: “E, havendo-se eles retirado, trouxeram-lhe um homem *mudo* e endemoninhado. E, expulso o demônio, falou o *mudo*; e a multidão se maravilhou, dizendo: Nunca tal se viu em Israel. (Mateus, 9.32,33)” e “Trouxeram-lhe, então, um endemoninhado cego e *mudo*; e, de tal modo o curou, que o cego e *mudo* falava e via. (MATEUS, 12.22)”. Nota-se que o termo MUDO está atrelado ao endemoninhado e sujo.

Mais adiante ainda percebemos: “E um da multidão, respondendo, disse: Mestre, trouxe-te o meu filho, que tem um espírito *mudo*. (Marcos, 9.17), “E trouxeram-lhe um *surdo*, que falava dificilmente; e rogaram-lhe que pusesse as mãos sobre ele (MARCOS, 7.32)” e “E Jesus, vendo que a multidão concorria, repreendeu o espírito imundo, dizendo-lhe: Espírito *mudo* e surdo, eu te ordeno: Sai dele, e não entres mais nele. (MARCOS, 9.25)”. Não queremos aqui julgar nem recriminar os escritos sagrados. Apenas eles nos fazem remeter à reflexão dos fatos e enunciados da própria história no âmbito político, religioso, ideológico, e principalmente, o semântico da língua.

A semântica tem sido objeto também para a teoria da comunicação e a semiótica. Nessa última, ela faz parte do trinômio sintaxe, semântica e pragmática. A sintaxe estuda as relações entre os signos; a semântica estuda a relação entre o signo e seu referente; a pragmática estuda a relação entre o signo e o usuário. Enfim, a semântica é de interesse, pelo menos indireto, para todas as ciências humanas, entre elas sobretudo a sociologia e a antropologia (COUTO, 2007, p. 149).

A semiótica do NOME e SINAL de SURDO remete-nos ao campo semântico da deficiência, o mesmo direcionamento dos pensamentos de Aristotélicos. A língua só tem vida e carrega por si seus signos ideológicos no processo de interação com o outro, portanto, a carga valorativa é de total compreensão e responsabilidade do meu outro.

O fato da concepção do surdo como semideus é percebido pelas ações da própria igreja católica ao colocá-los em posições de sacrifícios para absolvição dos pecados familiares. Sujeitos passíveis de sacrifícios, sendo estes queimados ou lançados ao mar em nome de um perdão ou libertação dos familiares, “puros”.

Estamos aqui referindo-se a um pretérito distante. No entanto, necessitamos refletir a realidade do hoje nas escolas, no social, na igreja, nos eventos, na política e na família. As concepções a respeito do sujeito usuário de uma língua gestual têm sobre ele novas

concepções ideológicas? E este sujeito carrega inconsciente as marcas da história aristotélica?

Tentaremos neste artigo, não responder a essas inquietações. Nosso objetivo é provocar novas possibilidades de pensar, dialogar, instigar e duplipensar, numa visão exotópica humanista e não um olhar descontextualizado e preconceituoso pela própria marca da história.



Figura: 01 - Sinal SURDO + MUDO

O sinal de SURDO, foi constituído ainda no período Aristotélicos, representado também pelo signo ideológico bíblico, pois o sujeito é apresentado à sociedade com destaque ao comprometimento no escutar e oralizar; ele foi tratado como SURDO-MUDO. Assim permanece até os dias atuais, como se vê na figura 01, apontando para o ouvido e a boca, destacando a deficiência no escutar e falar.

Vale ressaltar que a comunidade em questão não legitima o termo MUDO, no entanto, o sinal representa visualmente a deficiência auditiva e oratória do sujeito. Estamos falando de uma língua por imagem, logo, a sociedade se depara com uma imagem representativa da deficiência e não do potencial linguístico em que o sujeito está imerso.

4. 1880 mutilou as Línguas de sinais e seus usuários deficientes e 2016 comercializa e panfleta a deficiência

No ano de 1880 ocorreu na Itália o então conhecido e temido Congresso de Milão. Na ocasião foram discutidos entre médicos o destino dos ditos Deficientes Auditivos e o uso das línguas de sinais, já disseminadas em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Durante o período em que a linguística se ocupava principalmente da evolução histórica das línguas ou dos outros problemas não relativos às estruturas linguísticas, as línguas de sinais não foram estudadas, ou seja, passaram despercebidas. Essa negligência com relação às línguas

espaços-visuais foi, talvez da responsabilidade do que ocorreu em Milão, em 1880, isto é, a proibição do uso das línguas de sinais pelas escolas, pelos pais de surdos e pelos próprios surdos. Se nessa época os linguistas estivessem presentes ao encontro com seus estudos sobre essa modalidade de língua, provavelmente, a proibição não tivesse sido aprovada, e isso mudaria a história das comunidades surdas de vários países (FERREIRA, 2010, p. 13)

Como consequência desse congresso, as experiências brutais de todas as esferas médicas foram permitidas na tentativa de cura dos ditos deficientes auditivos, um período absolutamente oralista, pois as línguas de sinais foram proibidas em todo o mundo. Aqui no Brasil não seria diferente no período de regência do então imperador D. Pedro II.

A Língua Brasileira de Sinais num período de 122 anos, desde 1880 a 2002, simplesmente, ganhou o *status* de língua, entretanto, continua sublíngua, a comparar com a língua hegemônica, a Língua Portuguesa. Pois na Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 ao mesmo tempo que reconhece a “Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão da comunidade surda”, estabelece, em seu parágrafo único que “A língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”, pois não concebe legitimidade como língua autônoma e inibe a tentativa de substituir a Língua Portuguesa na modalidade escrita, mesmo nas esferas escolares. Portanto, a lei reconhece o sujeito mas não legitima a língua como parte dele.

5. APAEs: Escolas oralistas

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE foi fundada no Brasil em 11 de dezembro de 1954 na cidade do Rio de Janeiro com a atenção voltada em especial para as crianças com síndrome de Down, logo outros “portadores de necessidades especiais”, termo existente até a presente data. Nesse universo as crianças e jovens surdos também foram inseridos neste contexto escolar.

Os sujeitos surdos foram, no decorrer de toda a história das APAEs, destituídos de sua língua gestual, pois a oralização sempre foi a meta única e insubstituível. Episódios, não raros, ocorreram em obediência ao sistema de proibição e punição aos que se atrevessem usar a língua por mimica, como era denominada a LIBRAS.

Não podemos apontar, julgar ou mesmo condenar as práticas preconceituosas e discriminatórias que essas instituições praticaram ao longo da história, pois, entendemos e respeitamos o contexto sócio-histórico-político-ideológico em que os fatos

se dão. Hoje, com tantas e novas conquistas no campo da inclusão, as instituições APAE têm outro olhar a respeito das línguas de sinais e do próprio usuário.

6. Surdo: um deficiente na escola inclusiva

Hoje encontramos inúmeras escolas com o slogan “Escola inclusiva”. Essa panfletagem é esboçada em muros, *outdoors*, panfletos, rádios e televisionados, além de propagandas políticas, tudo em virtude da aceitação de estudantes com alguma “deficiência física e/ou mental”, em cumprimento da legislação nacional. No entanto, o conceito de Escola Inclusiva está equivocado, diríamos ainda, é consciente por parte do poder e do estado. O fato de aceitar um estudante diagnosticado clinicamente com algum tipo de deficiência não implica uma ação inclusiva.

Ações reais como projetos, acessos, interações, convivências, permanências e heterogenia como igualdade são elementos orgânicos que compõem a vida na escola, uma vida inclusiva.

Enunciados comumente ouvidos nos corredores escolares: “tenho vinte alunos e um surdo”, “tenho dois alunos surdos na sala”, “tenho um aluno surdo, mas ele é normal igual aos outros ouvintes”. Ouvimos ainda, “devemos entender que os alunos surdos também são normais”. Observa-se que esses enunciados estão impregnados como ervas-daninhas de concepções preconceituosas, excludentes e pejorativas no próprio discurso paternalista e assistencialista. O fato de separar aluno de surdo e/ou surdo de normal são ações cruéis e pegajosas de preconceito linguístico, social, ideológico e do próprio sujeito em questão, o surdo.

Não cabe à escola rotular o sujeito pelo seu diagnóstico médico, não compete ao educador seu enquadramento como deficiente físico/mental. Cabe ao educador a discussão, o entendimento, a pesquisa, o debate, relativos aos processos de aprendizagens e estratégias metodológicas, didáticas e pedagógicas na aprendizagem do estudante. Estudante X ou Y como forma diferencial e única de aprendizagem, e não pela característica fenotípica social. Olhar o sujeito pelas lentes da deficiência é uma ação excludente na própria formação do indivíduo como ser social.

7. A língua: um espelho do meio ambiente

A LIBRAS é uma língua constituída por imagens. No entanto, é muito frequente encontrarmos pessoas que desconhecem a amplitude estrutural e semântica que esta língua tem, suas regras, suas gramáticas, seus verbos, sua iconicidade, seus empréstimos linguísticos, suas variações linguísticas, seus vícios linguísticos, suas gírias e seus guetos. A língua espelha o próprio indivíduo que a usa, pois a língua é sujeito social, ou seja, é interação dialógica entre os pares como meio de comunicação e expressão. É moral e correto rotular um sujeito que se comunica por uma língua diferente da língua hegemônica como deficiente?

Concebe a escola tratar de alguma deficiência médica? É de responsabilidade da escola a prática da fonoaudiologia ou implante coclear? É missão da escola treinar ou desenvolver na criança com comprometimento auditivo a falar ou escutar? É competência da escola desenvolver, elaborar, aplicar e testar aparelhos auditivos nas crianças? Decerto que não, o papel social da escola é o aprendizado, é a interação, a socialização, os saberes, as ciências; apresentar o estudante à sociedade como cidadão com direitos e deveres, assim como legitimar a sua própria língua como parte de seu próprio eu.

Conforme Couto (2007, p. 137), “O mundo se espelha na língua, mas a língua retroage sobre o mundo, não apenas descrevendo-o (Wittgenstein) mas também intervindo nele, modificando-o, alterando a visão de mundo que P⁴ tem do MA⁵”.

Apontar um sujeito como deficiente é desconsiderar este sujeito como portador de uma língua. O professor que não conhece a língua de sinais, não seria este um deficiente? Sim, com certeza, o educador que não consegue se comunicar com seus estudantes, desconhece o próprio espelho do estudante, a língua, despreza-a como parte do sujeito; é sem dúvida um “deficiente” moral, intelectual e social. Devemos repensar a imagem que reflete o espelho de meu estudante.

8. Surdos: os semideuses contemporâneos

Os tempos contemporâneos ainda estão enraizados nas concepções aristotélicas de ver o sujeito surdo como semideuses. Movimentos sociais, universidades e leis adotam uma visão arcaica de apresentar o sujeito surdo à sociedade, pois, o legitimam como “ídolo linguístico”. Estudiosos da linguística concebem a língua como algo socializado, logo, língua não “tem dono”. Entretanto, existe a retórica de que a LIBRAS é a língua “própria

⁴ População.

⁵ Meio Ambiente, espaço de que o sujeito faz parte.

ECO-REBEL

do surdo”. Eles estão envolvidos em um preconceito linguístico e paternalismo na forma de semidivindades.

Somente o surdo pode criar sinal para representar qualquer signo de outra língua, independente de sua compreensão semântica. Isso valoriza o sujeito em relação à própria língua. Como pode um indivíduo “traduzir” uma palavra de um idioma que desconhece a sua própria língua? Podemos citar vários exemplos, após anos de observações e registros: Sinal de HOSPITAL + MULHER dado ao Hospital Universitário Júlio Muller. Após vários momentos de entrevistas à comunidade SURDA de Cuiabá – MT, foi argumentado pelo grupo que a palavra MULLER se parece com MULHER. Vale ressaltar que o Hospital Júlio Muller não é especializado em tratamento de mulher. Veja-se a figura 02.



Figura: 02 - Faixada do Hospital Universitário Júlio Muller - UJUM

<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/trabalhadores-do-hospital-julio-muller-entram-em-greve-em-mt.html>



Figura: 03 - Sinal Hospital 01



Figura: 04- Sinal Hospital 02



Figura: 05 - Sinal Mulher

Similar, existe em Cuiabá um bairro cujo nome é LIXEIRA, nome de uma planta típica do cerrado mato-grossense, cujo nome científico é *Curatella Americana* (figura 06). No entanto, o sinal deste bairro é “LIXO”. Todos os sujeitos entrevistados afirmaram que o nome LIXEIRA é o lugar onde se coloca LIXO, fato mostrado na Figura: 07.

ECO-REBEL



Figura: 06 - Árvore da Lixeira.

<http://www.plantasquecuram.blogspot.com.br/2015/01/lixeira.html>



Figura: 07 - Sinal de LIXO

Pode-se citar inúmeros exemplos de sinais criados sem o mínimo de estudos ou preocupações com a história, contexto ou representação simbólica.

A visão assistencialista vai muito além da criação de sinais. Existe uma corrente muito forte de pesquisadores, sociedade e familiares de SURDOS que afirmam que somente o surdo tem a legitimidade de ensinar a língua de sinais. Outro preconceito linguístico cruel com o próprio sujeito. Ora, nesta visão não está em questão a competência, a habilidade e/ou conhecimento linguístico da língua, mas sim a condição física do sujeito, a surdez, retórica da divindade linguística.

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é de índole individual-contextual (BAKHTIN, 2006, p. 294).

É importante ressaltar que é necessário discutir, apresentar argumentos antes de criar sinais para cada palavra da Língua Portuguesa. O fato do sujeito ser usuário da língua de sinais não o habilita linguisticamente a criar sinais isolados, descontextualizados e individuais; a língua é social. Ao atribuir um sinal para algo, estamos no território de lutas ideológicas envolvendo duas línguas com modalidades e signos distintos. Criações de sinais sem restrições são camuflados pelo ditos Sinais Regionais, o que é um grande equívoco linguístico, mas este não é assunto a ser tratado neste trabalho.

A performance fenotípica de um indivíduo não o caracteriza como fluente de uma língua, mesmo que esta seja a sua língua de comunicação. Por outro lado, o fato de um sujeito ser OUVINTE e usuário da Língua Portuguesa não o legitima a lecionar essa língua em escolas e academias, sem formação e muitos estudos. Entretanto, quando se trata do sujeito SURDO, isso é permitido, pelo único argumento de ser surdo. Língua não é sistema isolado do usuário, língua é social.

“Precisa-se de professor de Língua Portuguesa, pré-requisito: pós-graduação em Letras” ou “Precisa-se de professor de Libras, pré-requisito: surdo”. Observa-se o preconceito linguístico com a própria língua de sinais, destituindo-a de qualquer característica linguística, regras gramaticais, estruturas linguísticas, fonemas, morfemas, sintaxe, semântica, pragmática e outros saberes que envolvem uma língua, levando-se em consideração nada mais que o próprio léxico (sinais dicionarizados).

Esta legitimidade social atribuída exclusivamente ao sujeito surdo é uma manifestação de “dar a sobra” ao deficiente auditivo, pelas lentes sociais. Demonstração de fragilidade escolar no processo de capacitar, habilitar e constituir competência para esse sujeito usuário da língua de sinais se tornar um profissional professor, mestre e doutor na área da linguística.

9. Desfile de deficientes

“Venham todos presenciar o desfile de deficientes surdos”. Este é o *slogan* que uma escola usou nos meios de comunicações convidando a população a prestigiar o evento. Ao panfletar a dita deficiência do indivíduo à população, esta mesmo que inconsciente terá um olhar paternalista e piedoso sobre os sujeitos com surdez.

O estereótipo é construído pela sociedade para os padrões de beleza masculina ou feminina nas passarelas é constituído de características fenotípicas quanto a altura, magreza, beleza e definição muscular . Ora, os estudantes com comprometimento

auditivo não são necessariamente destituídos de tais características para o contexto das passarelas.

Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais (BAKHTIN, 2010, p. 67).

A palavra é pesada e agressiva no seu lançamento à sociedade. A palavra é uma verdadeira semente, pronta para germinar no solo da interação, o sabor do fruto aparecerá em cada enunciado. Ao apresentarmos o estudante como deficiente, não teremos a legitimidade de receber da sociedade um olhar que não seja voltado, exclusivamente, à deficiência física, logo, atrelada a limites, a assistência médica e intelectual.

A palavra assemelha-se a uma aquarela. Nela encontram-se cores e mais cores, a cada mistura uma nova imagem, pois a cada contorno ou risco representará uma valoração àquele que contempla. O tom valorativo é impregnado pelos enunciados em que o sujeito está imerso; desvencilhá-lo disso é uma tarefa árdua e amarga.

A igualdade está justamente na diversidade, no diferente, no heterogêneo e na singularidade. Construir um desfile de beleza segregando o grupo pela deficiência é, aos nossos olhos, cruel.

Temos relatos do concurso de beleza em que a belíssima Wanessa Vidal foi eleita em 2º lugar ao concurso de Miss Brasil 2008, tornando-se Miss Brasil Internacional (fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vanessa_Vidal), e também, a Miss Campo Verde, cidade do interior de Mato Grosso, com uma beleza ímpar. Ambas eram usuárias da Língua Brasileira de Sinais, e concorreram com ouvintes sem recorrerem à deficiência auditiva para concorrerem ou panfletarem em mídias sociais.

9. SURDO ou VISUAL: duplipensar os conceitos

Conforme descrito anteriormente, dos tempos dos filósofos gregos à contemporaneidade, o termo SURDO era e ainda é estereotipado pela ideia do incompleto, incapaz, deficiente, da falta de algo. Essas ideias são fomentadas e disseminadas em todas as esferas sociais, inclusive sobre e pelo próprio sujeito em questão.

“Precisam te respeitar, você é surdo”, “precisam respeitar sua escrita, você é surdo”, “só você pode ensinar LIBRAS, você é surdo”, “ não pode corrigir ele, pois ele é surdo”, “não

ECO-REBEL

precisa usar uniforme, você é surdo”, “a professora não pode te reprovar, você é surdo”, “não precisa fazer prova, você é surdo”, “lute pelos seus direitos, você é surdo”, e assim seguem os discursos em torno de uma legitimidade arcaica, preconceituosa e excludente do próprio sujeito. Essas atitudes ceifam o direito ao aprender, ao ter autonomia social, ao ser livre para escolhas, e principalmente, tolhe o direito à igualdade em sua própria diferença.

Conforme Duarte (2016) em sua tese de doutorado, necessitamos repensar o conceito de SURDO numa visão exotópica e humanista, precisamos ver o sujeito não pela sua deficiência física, mas pelo seu potencial como ser humano. Aqui apresentamos uma visão ecolinguística sob as lentes da inclusão social e não a segregação fenotípica, pois essa disciplina tem todo o cabedal conceitual necessário para esse fim.

Devemos mudar o anglo ao olharmos para o sujeito com comprometimento auditivo e ver não o SURDO, mas um sujeito que OLHA E PERCEBE o mundo pelas lentes das imagens, dos signos visuais, da iconicidade, e da sintaxe e semântica espacial; não pelos sons como os OUVINTES.

Segundo Couto (2007, p. 356), “cada língua revela a visão de mundo de seus falantes”, o que é válido também para o sujeito para o qual tudo ao seu redor se explica pela imagem, em especial sua língua de comunicação. Estamos diante de um SUJEITO VISUAL, um sujeito que compreende pela figura imagética, se comunica pela imagem, se constitui pelas ideias da imagem, argumenta e questiona pela imagem, ou seja, um indivíduo VISUAL. Assim como, analogicamente, o indivíduo sem comprometimento auditivo é concebido socialmente como OUVINTE pelo fato de se comunicar pelo som, logo aparelho auditivo.



Figura: 08 - Sinal de VISUAL (VER + PERCEBER). Fonte: Anderson Simão Duarte.

ECO-REBEL

Observa-se a figura 08 que o sinal de VISUAL é constituído de um morfema composto, pois representa semanticamente os verbos VER e PERCEBER, verbos que concebem de fato e iconicamente as ações representativas da língua de sinais, e também, do próprio sujeito usuário dessa língua. Sinal que não marca a deficiência, mas sim as características e potenciais da língua. Esse sinal foi constituído por um grupo de acadêmicos VISUAIS do curso de graduação Letras Libras, licenciatura da Universidade Federal de Mato Grosso, após discussões contextualizadas, conceituais, estruturais e ideológicas.

As línguas oralizadas são emitidas pelo agente ativo do enunciado, e compartilhadas pelo agente passivo. Ambos são OUVINTES, pois a língua em uso se manifesta por sons pelo aparelho “orador” e é captada pela audição, aparelho auditivo. Em contrapartida, o sujeito ativo usuário das línguas de sinais usa a representação de signos pelos sinais, constituídos pela face, mãos e corpo, e o passivo compartilha essas representações pela visão. Entretanto, são denominados como SURDOS, remetendo à deficiência. Acreditamos haver uma discordância semântica entre SUJEITO e LÍNGUA. Se lutamos pela igualdade de direitos e deveres, não seria esse indivíduo um VISUAL, assim como um OUVINTE ?

A língua constitui o sujeito, e essa não é deficiente.

O signo ideológico é uma unidade material discreta, mas a significação não é uma coisa e não pode ser isolada do signo como se fosse uma realidade independente, tendo uma experiência à parte do signo (BAKHTIN, 2010, p, 52).

Constituir um novo signo ideológico é um processo lento e social, não se muda ou cria um signo de forma isolada ou individualizada. Podemos citar algumas concepções que foram replensadas ao longo da história: Coxo, Manco, Mangueto, Aleijado, Deficiente físico e Portador de Necessidade Especial; Ancião, Velho, Idoso, 3ª idade e Melhor Idade; Bandido, Marginal, Preso, Detento, Recruzo, Reeducando. E ainda, Escravo, Preto, Negro e Afro descendente. Em todos esses casos os sujeitos fenotipicamente não se alteraram, mas, socialmente mudaou-se o olhar sobre o indivíduo, um olhar mais humano de igualdade e respeito. E assim, conquistando novos espaços sociais com lutas e direitos adquiridos, contrapondo-se às ideias preconceituosas e excludentes, desfazendo-se das concepções religiosas, políticas e ideológicas que marcavam os sujeitos pelas diferença e não pela diversidade.

ECO-REBEL

Pensar no sujeito como SURDO ou MUDO é uma prática, segundo Haarmann (1996, p. 847), de chauvinismo linguístico, pois constitui uma consciência coletiva de representantes de uma língua hegemônica, os ditos OUVINTES, usuários das línguas oralizadas. Assim segregam os normais dos anormais pela própria representação do sujeito fenotipicamente e um não destaque ou uma desqualificação da língua de sinais.

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vezes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de uma época expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2006, p. 294).

A língua comporta-se em conformidade com cada época, cada contexto social, político e religioso; a palavra é ideológica porque está em constante movimento. As palavras são avaliadas e reavaliadas como um ciclo, algumas morrem, ou seja, caem em desuso. Outras nascem em necessidade sociais e outras são ressignificadas.

Apresentar um estudante novo ao professor como SURDO no micromundo escolar não tem o mesmo valor simbólico que apresentá-lo como VISUAL. O próprio nome VISUAL carrega semanticamente uma valoração de sujeito, de língua e de aprendizagem. Se a língua é interação conforme Couto, vejamos:

Pelo fato de a língua ser considerada basicamente interação, segue-se que o que vem em primeiro lugar não é o “sistema”, mas a ecologia da interação comunicativa. É claro que não estamos negando o fato de que para uma mensagem enviada por um emissor ao receptor ser entendida tem que estar formulada em uma linguagem que ambos entendam, que é a visão das diversas formas de estruturalismo. A diferença entre a visão ecolinguística e a estruturalista é que a ecolinguística coloca em primeiro lugar a interação comunicativa (COUTO, 2013, p. 63).

Sim, a língua é a própria interação com o meio em que o sujeito está inserido, os interlocutores irão se entender em conformidade com as apresentações linguísticas e valorativas que cada palavra comporta no enunciado.

O mestre professor supra ao se deparar com uma criança VISUAL, não verá nela a deficiência estigmatizada, mas verá os mecanismos e caminhos a serem percorridos no

processo de aprendizagem, como estratégias e metodologias didático pedagógica de forma VISUAL.

10. Considerações finais

Não queremos neste trabalho, destituir ou deslegitimar a história, as conquistas, as lutas ideológicas da comunidade visual, muito pelo contrário, queremos legitimar o sujeito como sujeito com língua, pois entendemos que não se separa língua de sujeito em sua faceta mais íntima.

Entendemos que não cabe os centros educacionais discutirem as deficiências, assim diagnosticadas pela medicina, mas sim discutirem o processo de aprendizagem que é individual. Individual não pela deficiência mas pela irrepetibilidade do sujeito como ser humano.

Olhar o sujeito pela língua é a mais digna representação humana que podemos compartilhar com cada sujeito ao nosso redor. Não negamos ou excluímos o fato da deficiência, mas entendemos que a cada esfera corresponde uma competência e uma habilidade. A igualdade está no ato de ver o potencial de cada sujeito e não na ação de rotular o meu outro pela sua deficiência.

O olhar paternalista ou assistencialista sobre o sujeito SURDO como “tudo pode” é uma marca excludente e nociva à autonomia do próprio sujeito. O sujeito VISUAL é legítimo como cidadão e ser humano que tem o direito e dever aos estudos de sua língua na mais ampla compreensão cultural, gramatical e linguística. Assim, todos, sem exceção, podem tornar-se professores competentes e habilitados no processo de ensino de qualquer língua, com estratégias didáticas, metodológicas e pedagógicas específicas no campo da alfabetização ao superior.

Os saberes científicos não devem ser resumidos nem facilitados, mas sim abordados com todas as complexidades inerentes às ciências, porém, com estratégias criativas, dinâmicas, visuais e linguísticas em consonância com o aprender do estudante VISUAL. O olhar do mestre professor não está no aceitar um estudante visual em sala e colocá-lo sob as asas de um intérprete, mas está no respeito a sua língua e ao seu potencial de aprendizagem e de vivência social, pois ele é um VISUAL.

Referências

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (1929).

ECO-REBEL

_____. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2010 (1929).

BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 abr. 2002.

DUARTE, Anderson Simão. Metáforas Criativas: Processo de Aprendizagem de Ciências e Escrita da Língua Portuguesa como Segunda língua pelo Estudante Visual (surdo). Tese. Doutorado em Educação em Ciências e Matemática. Universidade Federal de Mato Grosso: Cuiaba, 2016.

COUTO, Elza K. N. N, DUNCK-CINTRA; Ema Marta e BORGES, Lorena A. O. Antropologia do imaginário, ecolinguística ematáforas. Brasília, D.F: Thesaurus editora, 2014.

COUTO, Hildo Honório. Ecolinguística estudos das relações entre língua e meio ambiente. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 2007.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

Enviado: 17/12/2016.

Revisado: 10/01/2017.

Aceito: 16/01/2017.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 3, n. 1, 2017.